

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.499 - SC (2020/0079670-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : JORGE LOUREIRO DE MELO
ADVOGADO : JESUEL JONES BUFFON - SC048906
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto em face de acórdão assim ementado (fls. 92/93):

HABEAS CORPUS. PRÁTICA, EM TESE, DOS CRIMES DE LESÃO CORPORAL CULPOSA NA CONDUÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR E EMBRIAGUEZ AO VOLANTE (ART. 303, CAPUT, E ART. 306, CAPUT, AMBOS DA LEI N. 9.503/97). DEBATE SOBRE O MÉRITO DA CAUSA INCABÍVEL EM SEDE DE HABEAS CORPUS. REMÉDIO CONSTITUCIONAL NÃO DESTINADO À DISCUSSÃO PROBATÓRIA. QUESTÃO NÃO CONHECIDA. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA MEDIANTE O CUMPRIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA À PRISÃO DE SUSPENSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH). ALEGADA INCOMPATIBILIDADE DA MEDIDA CAUTELAR COM O EXERCÍCIO LABORAL DESEMPENHADO. INOCORRÊNCIA. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO FOI DEVIDAMENTE COMPROVADA PELO IMPETRANTE. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA PERDURAÇÃO DA MEDIDA. INOCORRÊNCIA. CONSTRIÇÃO QUE VIGORA HÁ LAPSO TEMPORAL RAZOÁVEL, DADA A REALIDADE E O CONTEXTO DOS AUTOS. INSURGÊNCIA, ALÉM DO MAIS, FUNDADA EM PENA MERAMENTE HIPOTÉTICA. IMPOSSIBILIDADE DE SE ANTEVER QUANTUM DE REPRIMENDA EVENTUALMENTE APLICADO EM SENTENÇA CONDENATÓRIA FUTURA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. MEDIDA CAUTELAR MANTIDA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

1. Em habeas corpus, é vedada a incursão do mérito da causa, mostrando-se descabida a análise das circunstâncias que envolvem o delito, sendo viável, tão somente, a verificação da existência de indícios que deem suporte à acusação.

2. Inviável o afastamento da medida cautelar aplicada com base em argumentação que não foi devidamente comprovada na impetração, tampouco com base em assertiva de excesso de prazo, sobretudo se a medida perdura há tempo razoável e proporcional às particularidades e minúcias do caso concreto.

3. "[...] Inviável a concessão do writ quando a pretensão nele veiculada consubstancia pedido sobre situação hipotética, de concretização aleatória e imprevisível". (STJ - RHC n. 10.503/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Vicente

Leal, j. em 18/09/2001).

Consta dos autos que foi deflagrada ação penal em desfavor do recorrente por infringência aos arts. 303 e 306, ambos do Código de Trânsito Brasileiro.

Em audiência de custódia, realizada em 22/10/2018, foi concedida liberdade provisória ao recorrente, condicionada ao cumprimento de duas medidas cautelares diversas da prisão, consistentes no pagamento de fiança no valor de 2 salários-mínimos e suspensão do direito de dirigir veículo automotor.

Neste recurso, sustenta a desproporcionalidade entre a cautelar de suspensão do direito de dirigir veículo automotor e a pena que eventualmente venha a lhe ser aplicada, pois já está privado do direito de dirigir há mais de 1 ano e, em caso de condenação, supõe que a pena de suspensão do direito de dirigir seria fixada aproximadamente no patamar de 4 meses. Aduz, ainda, que a condução de veículo automotor é condição imprescindível para seu exercício laboral e que por sofrer de depressão e fazer uso de medicamentos controlados está impedido de ingerir bebidas alcoólicas.

Requer, liminarmente e no mérito, a restituição de sua CNH ou a substituição da suspensão do direito de dirigir veículo automotor por outra medida cautelar.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

A matéria relativa aos fundamentos das medidas cautelares diversas de prisão não é pacífica nesta 6ª Turma, o que impede de, em juízo sumário, conceder liminar, afastando referidas medidas, e também não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame aprofundado da suficiência da cautelar atípica.

Assim, para garantir a eficácia plena das decisões dominantes na Turma, melhor o exame do recurso em *habeas corpus* por ocasião do julgamento definitivo de mérito.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator